

**“Vocês agora estão parecendo ser gente”**

## **Paradigmas Antropológicos na Constituição e Formação do Sujeito Policial Militar de Pernambuco<sup>1</sup>**

**\*Cristiano José Galvão Faria (UFPE/PPGA)**

### **Resumo**

A segurança pública tem surgido como prioridade nas pautas dos programas políticos governamentais das principais capitais do país. Frente a anterior paráfrase, os editais dos concursos públicos vêm oferecendo milhares de vagas para o ingresso nos Cursos de Formação de Soldados da Polícia Militar. O estado de Pernambuco registrou no último de seus concursos um número recorde ultrapassando os mais de 100 mil candidatos inscritos. O objetivo de nosso estudo procura evidenciar as motivações que tem direcionado um elevado número de jovens a escolher a carreira de policial militar em busca de um novo processo de formação identitária, mesmo diante das constantes críticas feitas pelos meios de comunicação, pela população em geral e outros movimentos de ordem civil acerca do comportamento e uso abusivo da autoridade que são registrados contra a corporação. A pesquisa aconteceu durante o período do Curso de Formação de Soldados da Polícia 2012/2013, onde os alunos e soldados foram observados e entrevistados durante 08 meses entre as aulas na academia, estágio curricular e os primeiros dias de efetivo serviço, com destaque a observação participante em conjunto com os novos policiais nas ações do Batalhão de Choque no centro do Recife, no dia 20 de Junho, data da emblemática Manifestação Popular que se espalhou pelo país. Na dissertação da pesquisa temos em conclusão que o processo formador e transformador do indivíduo em representante policial é constituído por fenômenos sociais pedagógicos impulsionados por tradicionais paradigmas da tradicional antropologia: a **instituição total**, os **rituais de passagem**, o **totemismo** e as **encenações representativas**, vinculados a um complexo processo de uma contínua trama de negociação entre o indivíduo de direito e o estado que tem sob seus domínios a relação do ordenamento legal, delegando ao sujeito o poder de representar o órgão do governo que é reconhecido como principal aparato estatal de repressão social.

**Palavras Chave: Policial, Paradigmas, Sujeito, Estado e Representar.**

---

<sup>1</sup> III ENADIR, GT 1- Antropologia e sistemas de justiça criminal.

## INTRODUÇÃO

Em épocas de campanhas políticas apesar dos programas de governo apontar uma difusão de promessas de ações nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, segurança e atualmente a dita mobilidade urbana, como principais práticas das políticas públicas governamentais, a segurança pública passa a ganhar cada dia mais força pelo fato da população exigir uma concreta presença ostensiva de um maior número de policiais nos diversos espaços da sociedade devido ao constante crescimento da violência urbana.

Acredito que nunca se leu, viu e se ouviu tantas reportagens e programas policiais quanto em outras épocas. O que nos parece é que a sociedade tem se expressado de forma veemente quanto aos assuntos de polícia paralelamente ao crescimento populacional das urbes, das capitais e outros grandes centros regionais das cidades brasileiras, com um clamor que aponta cada vez mais a necessidade social dos serviços que devem ser prestados pela instituição policial. As provas do clamor popular por uma segurança eficiente são as constantes reclamações públicas alardeadas através das mídias apontando a defasagem do efetivo, nas práticas dos policiamentos ostensivos, bem como as acusações dos comportamentos considerados não compatíveis ao perfil que se aguarda pertencer a um policial militar.

A prática policial, segundo FOUCAUT (2008) adquire o seu princípio conceitual e semântico inserido em uma genealogia histórica, construída a partir dos meados do século XV. As ideias políticas na Europa começam a perpassar no ideário da governabilidade em que o estado forte é caracterizado pelo seu poder e capacidade de controlar a circulação de bens e de pessoas. Posteriormente, a partir do século XVIII, o conceito político civilizador começa a influenciar as nações ocidentais, principalmente com o advento da Revolução Francesa carregada de seu lócus iluminista. O chamado então processo civilizador que carrega conceitos de participação direta na constituição da polícia moderna passou a ganhar mais força organizacional pelo fato da polícia ser considerada a instituição responsável por carregar sobre os seus “ombros” a responsabilidade e o dever de garantir direitos que pertencem ao patrimônio e a vida do cidadão. Neste cenário, onde o estado, a instituição e a sociedade civil estão intrinsecamente relacionados encontramos um permanente fluxo de representações, em

que as relações de poder estão envolvidas por conflitos, troca de favores e mediações de diálogos que visam estabelecer tentativas de mudanças que confrontam com resistências que buscam valorizar as permanências identitárias dos principais atores responsável pelo quadro deste drama social que perpassa a democracia brasileira.

No Brasil, as pesquisas na área das ciências sociais, tipicamente sobre ou com Policiais Militares foi um pouco tardia, recebendo como causa as conjunturas políticas herdadas pelo país no século passado, marcadas principalmente pelo regime da última ditadura militar. Após a constituição de 1988 e reforçada pelos movimentos sociais e políticos com o objetivo de estabelecer o estado democrático no Brasil, tendo por sua consequência a abertura de “frestas” necessárias para a aproximação entre militares e academia científica. Segundo Luiz (2008) apenas a partir dos anos 2000, o termo Polícia passou a ter significativa presença temática, com uma maior intensidade, nas produções de teses e dissertações, como constam os registros do banco de arquivos da CAPES. Os incrementos de pesquisas acerca das organizações policiais também passaram a ser fomentadas por programas de combate à violência com vasta contribuição pós- criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) que passou a encabeçar os projetos do governo federal, objetivando a reestruturação das policias em direção a “tentativa” política de programar um futuro Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) <sup>2</sup>.

Quando falamos de estudos antropológicos com militares no Brasil, Celso Castro figura-se com certo pioneirismo ao fazer-se dos métodos de pesquisas etnográficas, mediante a sua observação participante no interior da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), vindo assim a produzir a sua dissertação de mestrado: O Espírito Militar: um antropólogo na caserna, defendida no ano de 1989 no programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ. Os estudos de Castro (2004) acentuaram as interpretações de acordo com a visão do militar nativo, onde os mesmos enfatizam nas suas verbalizações a existência de diferenças significativas que distanciam o mundo “do militar e dos paisanos (civis)”, demonstrando assim que mesmo com toda configuração política proposta pela nova constituição, o militarismo mostrava-se como uma organização firme, composta de elementos e categorias de socialização tradicionais, de naturezas duradouras desdobradas por paradigmas sociais e

---

<sup>2</sup> As Informações sobre os programas e projetos do governo envolvendo a SENASP foram pesquisadas no site oficial do Ministério da Justiça: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>

culturais seculares. Os caminhos metodológicos abertos por Castro (2004) com os militares das forças armadas, teve sua parcela de contribuição em conjunto com a criação de alguns Núcleos, Grupos, Institutos de pesquisas e estudos da violência a partir do fim dos anos 80 através de parcerias entre governos e universidades aproximando assim a ciência acadêmica dos sistemas de segurança pública estaduais, fazendo menção a pesquisas voltada às instituições policiais militares.

A temática policial foi acentuada significativamente nos debates universitários quando os estudos sobre a violência urbana além de apontarem o advento da sociedade industrial e o incremento econômico brasileiro como uma das suas ordens causais, também inseriram a genealogia histórica das organizações policiais como participante no crescimento dos índices de violência no país como relatam Pinheiro e Almeida (2003). Os serviços da policia são cada vez mais fundamentais para dar a sustentabilidade às exigências do estado democrático de direito que com todo o seu **“tônus de modernidade”** (grifo e aspas nossa) tem segundo Adorno (1998), ainda inserido no poderio estatal, os atos do policial representado pela repressão dos crimes configurados pelas ordens da legalidade, bem como assegurar a ordem pública e os direitos do cidadão. Os vários episódios pós-democracia brasileira como Movimentos sindicais, Rebeliões prisionais, Passeatas e as últimas manifestações públicas que tiveram seu ápice nas generalizadas revoltas populares eclodidas nas grandes capitais no emblemático 20 de Junho, tendo como principal cenário os intensos conflitos entre as PM's e uma diversidade de grupos originária de movimentos reivindicatório difusos, equivalente ou não ao Movimento Passe Livre Paulista como exemplo a ser citado. Sendo assim, mais uma vez, as complexas relações urbanas corroboram para a insurgência de diversos debates que substancialmente fixaram-se em uma pergunta central: qual o perfil da policia ideal ou equivalente à sociedade moderna vinculada ao estado democrático de direito no Brasil?

Foi a partir do conteúdo acima dissertado que resolvi mediar à pesquisa com enfoque na atual formação do policial militar, procurando compreender as razões entorno de toda a discussão relacionada ao mais debatido aparato de repressão da segurança pública no país, realizando uma dialética entre a oferta identitária do estado ao recrutar e transformar os indivíduos em seus representantes, bem como dar espaço a polifonia das expectativas motivacionais dos civis em busca da profissão policial, a partir de suas experiências no Curso de Formação de Soldados da Policia Militar de

Pernambuco 2012/2013. Com as ditas trajetórias de pesquisa, elucidamos a presença de paradigmas antropológicos no Curso de Formação de Soldados da PMPE, como um complexo de forças pedagógicas vigentes e responsáveis na formação identitária do policial militar que pretendemos assim discutir: O Centro de Ensino da Corporação como Instituição Total, a presença de rituais de passagens como limiares nas mudanças de identidades, momentos de evocações totêmicas como estímulos ao sentimento de pertencimento agregado ao coletivismo e as encenações representativas nos treinamentos performáticos para cumprimento da função policial na sociedade brasileira.

### **Um período transitório que ainda custa a passar**

Quando Portugal resolveu estabelecer suas organizações coloniais no Brasil, a inicial providencia foi procurar proteger e patrulhar o litoral contra as invasões estrangeiras, como nos descreve Boris Fausto, com um dialogo equivalente às narrativas de outros historiadores brasileiros:

“Considerações políticas levaram a coroa portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533) (...) tinha por objetivo **patrulhar** a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores que trazia e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação” (Fausto, 2004, pag. 43, grifo nosso).

Com o intuito de ampliar sua circulação econômica e seu aparato mercantilista, Portugal já tem incorporado no seu sistema de governo a transparência de uma política baseada na filosofia histórica do policiamento, de policiar os espaços geográficos, as pessoas, os maus costumes, a utilização da mão de obra escrava e do afugentamento de quaisquer outras nações que atentem a invadir o seu então espaço físico e comercial. Segundo Foucault (2008) estas será a interpretação de um conceito semântico de Policia herdado do Século XV em que o estado forte é aquele que consegue policiar e vigiar as suas relações comerciais ainda mais incrementados no Século seguinte, no XVI, onde a sociedade é o real substrato do controle estatal:

“Vemos que a palavra ‘**governar**’, antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI,

abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere a subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e à cura que se lhe pode dar, que se refere também ao exercício de um mando de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou a um processo de troca que passa a um indivíduo a outro. Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” (Foucault, 2008, p. 243, grifo nosso).

É nesta ascensão de significados, onde o sentido semântico elaborado na teoria fundamenta-se nas palavras prescritivas do Ato da Legalidade da Ordem como: governar, patrulhar, vigiar, controlar e o policial intervendo na prática das relações de poder, envolvendo estado, indivíduo e sociedade, onde o primeiro supera o segundo abraçando-o com seu corpo político que está distribuído pelos membros das suas organizações institucionalizadas pela legalidade do poder público.

Diante da ideologia de controle social, a polícia brasileira tem em sua genealogia histórica, nos seus atos de policial, peculiaridades de ações e práticas convergentes herdadas dos grupos de atores que eram responsáveis pelo controle da ordem urbana e rural das distintas regiões do Brasil ainda nos tempos de colônia. A fim de nos contextualizarmos, os estudos de Ege (2013) narram que as funções policiais entre os séculos XVII e XVIII eram exercidas majoritariamente por dois grupos:

- Os Quadrilheiros que tinham o dever de “evitar delitos comuns ao cotidiano” Brigas de vizinhos, Jogos proibidos, concubinatos, furtos e outros atos contra os ditos bons costumes da vida colonial. Essas ordenanças exercidas pelos quadrilheiros se assemelham a prática de uma polícia urbana, exercida por estes grupos nas então neofitas cidades urbanas da colônia.
- O Capitão do Mato, figura típica da era escravocrata patrimonializada na obra de arte de Johann Moritz Rugendas tinha por principal ofício vigiar e capturar os escravos fugitivos.

De acordo com Bezerra (2004) a sociedade brasileira era dividida em três mundos: O mundo da ordem (reservado para os Senhores), O mundo do trabalho

(majoritariamente escravo) e o mundo da desordem (exclusivo de negros forros, mestiços e outros pobres), nestes três ditos mundos, o poder da ordem era exercido pelos Senhores da oligarquia que delegavam as execuções de policiamento ao mundo da desordem, que por sua vez encontravam nas tarefas policiais uma forma de exercer certo poder territorial, estabelecendo para si um status social ao extrair alguns benefícios das classes dominantes pelos serviços que prestavam.

Um marco importante que compreende o início da legalização da instituição policial brasileira foi a chegada da Família Real portuguesa. Um dos primeiros atos do Imperador Dom João VI foi criar o cargo de Intendente Geral de Polícia, cargo este reservado ao graduado em direito, o carioca Paulo Fernandes Viana. Posteriormente aos atos de Dom João, o Intendente de Polícia Viana, conduz a formação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, criada em 13 de maio de 1809, data comemorativa da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Continuando, a partir da criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, se estabeleceu os padrões de recrutamento e outras ordens que agregaram os serviços feitos pelos quadrilheiros, pelos capitães do mato e alguns compulsórios alistamentos que foram reservados a negros, mestiços e pobres margeados da sociedade brasileira, formando assim fila dos diversos Corpos de Polícia que foram se espalhando nas províncias ao longo do século XIX. Essas formas de recrutamento construiu uma categoria social da polícia nascida na era colonial, com características de comportamentos bem ambíguos, hora executores hora infratores da ordem pública, bem traduzidas por Cabral e Gomes (2012) nas rotinas sociais pernambucanas vinculadas a história da escravidão:

“Além das limitações estruturais, não podemos descartar o desmazelo com o qual muitos policiais exerciam suas atividades(...) o fato da força pública ‘ser composta dos extratos mais pobres da população e de que grande parte dela era formada por homens de cor fazia com que estes policiais tendessem a encobrir, sempre que possíveis contravenções que não lhe parecessem ir contra os valores de sua classe social” (Cabral e Costa apud Maia, 2012, p. 160).

De acordo com Ege (2013) todo o contexto histórico da formação das polícias brasileiras se deu frente a uma militarização segregada, inicialmente a tentativa era doutrinar a configuração militar a moldes lusitanos, constituída de normas e regras que envolviam uma vida aquartelada, recheada de rituais e normas de condutas rígidas sujeitas a leis com punições duríssimas desde prisão a açoites de acordo com os níveis

dos ditos crimes militares. Estudos como os de Ege (2013) e Rodrigues (2012) narram que os primórdios das corporações policiais foram construídos por uma formação militarizada ambígua e simbiótica, onde homens que deveriam ser treinados para atender a população civil foram historicamente submetidos a treinamentos de guerra. As corporações das polícias sempre estiveram subordinadas ao poderio das Forças Armadas nas diversas fases e instâncias das constituições elaboradas no Brasil, apesar das diversas mudanças acerca das definições e deveres específicos as Polícias Militares, semanticamente os termos “forças auxiliares e reserva do exército” continuam presentes reforçando esta subordinação histórica de acordo com a constituição de 1988.<sup>3</sup>

### **Transformando o civil, civilizando-o em policial**

Com o fim da ditadura militar, o processo de redemocratização tem passado por diversas fases e a segurança pública é uma das pautas mais “batidas” e alardeadas nos programas de governos que são impulsionados pelas reivindicações populares, tendo a cada dia seus sentimentos de insegurança agravados pelo aumento da criminalidade. Em sua maioria os órgãos estatais através das Secretarias de Defesa Social (Segurança Pública) passaram a se aproximar das universidades buscando formas e propostas que projetem novas ações visando diminuir os índices de violência urbana, construindo assim programas governamentais que busquem novas formas e fórmulas onde a figura e presença policial consigam diminuir os altos índices dos crimes contra o patrimônio e contra a vida. Em contra partida, os últimos conflitos entre Manifestantes e Policiais retomando indagações e acusações que continuam a colocar cheque o perfil das formações policiais brasileiras.

Frente a estes embates sociopolíticos resolvemos enfatizar a importância das pesquisas socioantropológicas junto as corporações de polícia, entendendo que seja necessário uma visão mais aproximada desses atores que tão quanto a sociedade civil também estão vinculados a uma prevalência da então biopolítica civilizadora (Foucault, 2003). Sabemos que o período da ditadura militar foi bastante repressor com os órgãos acadêmicos, principalmente os confrontos do regime com os estudantes e professores

---

<sup>3</sup> Historicamente as Constituições Federais sempre relacionaram o poder de subordinação da Polícia para com as Forças Armadas: Ver art 167 da C.F de 1934; art 183 da C.F de 1946; art 13 da CF de 1967; Decreto lei nº 667 de 1969 e o art 144 da CF de 1988.

que se tornaram os principais agentes resistentes ao sistema político. A censura e a vigilância impostas pelo regime militar derivaram registros de diversos embates sangrentos que se tornaram marcos da histórica política brasileira. Esses aspectos levaram a diversos estudos e pesquisas que tentam explicar e entender o que de fato aconteceu no regime: Monografias, dissertações, livros, filmes, comissões, seminários congressos etc. Talvez os 21 anos de ditadura militar tenha criado um distanciamento pessoal, digo um estranhamento que se caracteriza por um afastamento dos pesquisadores acadêmicos em relação a pesquisas que abrangessem estudos da vida social dos policiais militares, mostrando mais acintosamente discussões no âmbito legislativo que mostrasse a necessidade do civil poder “virar o jogo” e possuir meios de controle e vigilância da referida instituição coercitiva na luta pelo estado democrático de direito como consta a narrativa da tese de OLIVEIRA (2010). Bem, não querendo nos deter a história de regimes políticos, mas entendo que os fatos com mais expressões de contundências chamam a atenção para os eventos e seus principais protagonistas (chefes, líderes, presidentes etc.) nos levando a esquecer de que o número de envolvidos, considerados coadjuvantes é bem maior do que contam a nossa história e são estas que guardam fenômenos sociais do cotidiano carregados de nuances ainda por explorar e que precisam ser registradas:

É precisamente esse ponto de vista da totalidade, e o fato de que o antropólogo procura compreender, como diz Lévi-Strauss, aquilo que os homens “não pensam habitualmente em fixar na pedra ou no papel” (nossos gestos, nossas trocas simbólicas, os menores detalhes do nosso comportamento)...” (LAPLANTINE, 2007, p. 20)

Dentro de uma visão onde a nossa investigação procurou entender a sociabilidade do nativo, procuramos pautar as nossas pesquisas observando todo processo de recrutamento e formação dos policiais do estado de Pernambuco, acompanhado aulas, treinamentos e estágios vinculados ao Curso de Soldados 2012/2013, acontecendo a etnografia no interior do Centro de Ensino da Academia Integrada de Defesa Social. Tendo por experiência profissional pertencer ao quadro funcional do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, podendo vivenciar assim o sentimento daquele que recebe elogios por ser a profissão “do herói, do bom moço, do bonzinho...”, aquele que sempre chega para salvar, diferente do sentimento percebido pelos policiais transpassado pelas críticas da sociedade como aquele que chega para

prender, averiguar, reprimir, conter e bater. As conjugações verbais antes citadas, remetida as práticas policiais são de uso majoritário e corriqueiro nas narrações jornalísticas e que foi bastante acentuada durante os constantes conflitos protagonizados entre os Batalhões de Choque X Manifestantes, durante as grandes manifestações de junho, denominada por muitos como “Jornadas de Junho”.

Considerando o estado um produto da sociedade, onde muitos renomados autores Como Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) se inspiraram nas ideias filosóficas de Thomas Hobes, para qual o estado deve ter surgido com a necessidade de a sociedade prevenir e controlar a difusão da violência social (BUZZI, 2002, p.165) onde os indivíduos passaram a constituir variadas formas de resolver seus problemas de convivência coletiva. Neste caso a segurança pública é mais um dos sistemas dentro da história coercitiva do estado no controle social. O ser policial identitário, como representante do estado poderá hipoteticamente nascer da realização dos indivíduos em poder ter e possuir a oportunidade de participar de um processo social representativo, tendo no estado o poder do ordenamento de sua identidade. Buscar uma relação identitária que estabeleça o indivíduo como representante estatal figuram a ideia do cidadão posicionar-se dentro de um status social através de um ofício necessário e que presta um serviço de reconhecimento público: “O estado é um ato político cuja função se resume em expandir o fato social, a cidadania. E se alguém gerenciar com sabedoria o ato político, isto é, o poder do estado, pode se tornar grande benfeitor do fato social, isto é, da cidadania.” (BUZZI, 2002, p. 167).

Dentro desta relação entre Estado, individuo e sociedade, o estado apresenta-se como o agente responsável para convocar, organizar e formar o profissional que será o seu representante legal das ações de segurança pública. Estudos como os de Musimeci (2001) apontam para uma crise de identidade que perpassam severos problemas estruturais nas corporações das policias brasileiras tendo como principal causa a formação educacional do policial que para muitos ainda continuam respirando as formações militares do passado, demorando assim a se adequar com a real sociedade democrática de direito, todavia é de extrema importância compreendermos com maiores detalhes os aspectos que montam a formação do atuais agentes de segurança pública. Frente a anterior paráfrase, também se faz necessário compreendermos que a atual polícia é composta em seu maior número por um efetivo que não vivenciou a ditadura militar, tendo suas perspectivas e anseios de qualidade de vida equivalentes a sociedade

civil que clama por melhorias em diversos setores do país, inclusive na própria segurança pública a qual faz ou pretende fazer parte. Durante as entrevistas conseguimos observar e ouvir dos alunos a soldados durante o curso e também após a sua formação, alguns aspectos normalmente comuns na juventude civil ao procurar na profissionalização policial uma garantia de espaço na sociedade:

“Normalmente os concursos público abertos para polícia são os que oferecem um maior número de vagas e atualmente buscar ser funcionário público tem sido uma das melhores saídas para escaparmos da exploração das empresas privadas, aqui pelo menos temos a garantia da estabilidade” (aluno CFSd)

“Conseguir passar na polícia para mim foi uma realização de um sonho, eu sou Alagoano, meu pai é policial reformado, meu irmão é Sargento e tenho dois primos que são soldados da PM de Alagoas, finalmente me tornarei um membro da família completo, quero dizer igual a todos na profissão” (aluno CFSd)

“ Eu havia me separado e não podia mais depender da pensão que o meu ex...mandava para minha filha e resolvi estudar para concurso público, a polícia apareceu primeiro e passei conseguindo também com muitas dificuldades terminar o curso. Depois de ser policial tanoa a minha família como a do meu ex-marido não me tratam mais como uma qualquer, fazem questão de me chamar pelo nome... Agora eu já estou pretendo fazer um faculdade de direito pois quero ser promotora de justiça.” (Sd Feminino recém formada)

Como observamos dentro das perspectivas dos entrevistados, a busca pela policia militar se dá de forma geral por três principais motivações: por uma conquista da então estabilidade empregatícia do então disputado funcionalismo público, pelo “sonho” de vivenciar ou herdar o mesmo ofício de família, como também uma oportunidade de mudar a rota das relações de poder, frente às configurações sociais e familiares que estão sujeitos, podendo também servir como uma alavanca, um trampolim ou mais um ritual de passagem para alcançar um maior status de poder social.

Recrutar e agregar um tão grande elevado número de pessoas faz com que os governos estaduais, através de seus Centros de Formação de Policiais Militares continuem a basear a educação policial nas regras da vida de caserna, disciplina e hierarquia das Forças Armadas conforme regimento da Constituição Federal que estabelece os padrões da vida militar configurado por leis próprias válidas para organização. As significativas distinções entre militares e civis também figuram-se

dentro das organizações militares, regulando e limitando as suas relações de acordo com suas divisões hierárquicas (oficiais e praças), evidenciando seus comportamentos profissionais nas suas ações de ordem administrativas e de seus atributos operacionais (policiamento ostensivo e coercitivo). Estas complexidades hierárquicas continuam a evidenciar o conteúdo de separação social, evidente entre os policiais militares, refletindo também nas suas relações com os cidadãos civis.

Nas observações das práticas cotidianas no interior dos Centros de Formação dos Policiais Militares em Pernambuco (CMET I e II) conseguimos evidenciar que paradigmas antropológicos como: a instituição total, os rituais de passagem, o totemismo e as encenações representativas são considerados as forças pedagógicas fundamentais para o então aluno do CFSD (Curso de Formação de Soldados) poder adquirir a identidade, o ethos da polícia que tão caracterizam a sua essência.

A cerca dos aspectos paradigmáticos antes mencionados podemos levar em consideração os conceitos de GOFFMAN (1987) onde instituições totais são aquelas representadas por um número significativo de indivíduos que são separados totalmente ou parcialmente do resto da sociedade, tendo suas vidas monitoradas e submetidas às regulações de entrada e saída de um determinado ambiente em qual serão sujeitos a normas administrativas, pré-estabelecidas com o intuito de cumprir um determinado papel, figurando assim este conceito as instituições de formação militar. O principal objetivo deste estudo foi acompanhar e descrever como se dá a transformação de cidadãos civis em policiais militares, perfazendo assim que as pessoas que por estes processos são submetidos passam a englobar outras sociabilidades que remontam ou alavancam outra forma de narrar e viver as suas histórias.

De acordo com o último Edital do Concurso Público PMPE 2009, o candidato passará por diversas etapas e fases que compreenderá uma extensa passagem ritualística até o dia de sua formação: 1º Exame de conhecimentos, 2º Exame de aptidão física, 3º Exame médico, 4º Avaliação psicológica, além da investigação social que perdurará até o dia da nomeação. Após aprovação na 1ª etapa o candidato seguirá para uma 2ª etapa ingressando no CFSD (Curso de Formação de Soldados) que é devidamente regulado por força de uma Portaria Pública onde é estabelecido: o dia da matrícula, o dia da apresentação e o cumprimento de toda a grade curricular que está envolvida de ensinamentos, treinamentos e uma série de “adestramentos corporais”, onde os alunos serão exigidos como suporte para alcançar um novo status social: Ser Policial Militar. Esta 2ª etapa têm por final do curso uma grande ritual de passagem,

constado por uma celebração, a formatura, também conhecida como “passar a pronto”. Figura-se neste dia todo um cenário social e político com a presença de autoridades do governo, familiares dos formando e a imprensa que apresentará para a sociedade os novos representantes da segurança pública. A estes processos relacionamos ao conceito de ritual de passagem, estabelecidas por GENNEP, (1960) e reelaborado por TURNER (1974) onde os rituais estabelecem a mudança do indivíduo para outro estágio da vida, como também para outra categoria no estrato social da vida cidadina, quer seja ela urbana ou rural.

Diante de uma sociedade conjunturalmente formada por indivíduos que são categorizados por uma geração estruturada na dita pós-modernidade tardia, possuindo assim relações identitárias fragmentadas (HALL, 1998), que fincamos a esta transformação, de cidadãos civis em policiais militares aos fenômenos ritualísticos de passagem, os quais são momentos de bases substanciais das relações sociais entre indivíduo e estado. Muitas vezes, estes cerimoniais são despercebidos ou tratados como apenas simbólicos e desprovidos de sentidos racionais (PEIRANO, 2003), todavia são momentos como formaturas, festas, posses eleitorais, passeatas, romarias, marchas religiosas entre outras que carregam todo um conteúdo de significados representativos que serão estabelecido e vivenciado pelos os indivíduos no decorrer de suas vidas, evidenciado assim a construção de suas identidades. Submetidos a um processo ritual formador, os alunos do CFSD que normalmente são pessoas de origens socioculturais diversificadas, passando estas pessoas a apoderam-se de uma nova identidade uniforme, figurada pela insígnia da Polícia Militar como uma ordem totêmica que é evocada nas canções institucionais, nos ditos gritos de guerra e outras identificações rotineiras de suas companhias ou batalhões (brasões, bandeiras, escudos etc.), tornando-se assim representantes do estado e apoderando-se do título de preservadores e defensores dos direitos da diversidade dos cidadãos. Este poder público, doado aos policiais é considerado e representado em uma ordem uniforme, formando assim um corpo político visual, normalmente presentes nos espaços públicos.

A partir dos vieses anteriormente relatados concluímos que a categorização e a formação de uma nova identidade coletiva dos policiais militares passam por um período transitório tal como toda a sociedade brasileira clama por melhor exercitar verdadeiramente esses já passados 25 anos da então constituição que desencadeou o sonhado estado democrático de direito. A pré-estabelecida institucionalização da segurança pública encarnada nos seus representantes, categoricamente enfatizados em

transformar indivíduos em o que consideramos ser Quase Estado, reificam e assumem a presença corporificada do mesmo como uma constante tentativa de controle civilizador representativo. A este indivíduo que chamamos de Quase Estado, fazendo-me referência aos conceitos de Foucault (2010), que traz uma complexa relação de domínio e execução de ações sociais sobre os indivíduos vinculados a uma difusão de poder sobre o corpo físico e social onde fenômenos paradigmáticos de tradicionais discursos socioantropológicos nos faz repensar que a temática: Jamais Fomos Modernos, interpretadas por Latour (1994) poderão nos fazer refletir e parafrasear que nós não pensamos, nos organizamos, nos agrupamos ou agimos com tanta modernidade como verdadeiramente somos.

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, S Consolidação Democrática e políticas de segurança pública no Brasil: rupturas e continuidades. In ZAVERUCHA, Jorge (Org.). Democracia e instituições políticas brasileiras no final do século XX. Recife: Bagaço, 1998. P. 149-189.

BUZZI, Arcângelo R. A Identidade Humana: modos de realização. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

CABRAL, Flávio José Gomes e Costa, Robson (Org). História da Escravidão em Pernambuco. Recife: Ed.Universitária da UFPE.

CASTRO, Celso. Espírito Militar: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro. Zahar, 1990

CASTRO, Celso e PIERO, Liner (org.). Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EGE, Flavio Tadeu. Uma breve história da polícia no Brasil: Críticas a militarização e seu caráter oligárquico. São Paulo: Clube de autores, 2013.

FAUSTO, Boris. História do Brasil: Historia do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa, até os nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento das prisões. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins fontes, 2008.

FOCAUT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. A Representação do eu na vida cotidiana; tradução Maria Célia Raposo. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Manicômios, Prisões e Conventos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1987.

HAL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LUIZ, Ronilson de Souza. Educação Policial-Militar: Necessidades, Práticas e a Matriz Curricular Nacional. Tese: (Doutorado em Educação: Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008

MUNIZ, J. Acrise da identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. Security and Defense Studies Review, v. 1, p. 177-198, 2001.

Oliveira, Armando Albuquerque. (Des) Controle Civil sobre os militares no Brasil: um estudo comparado (1945-1964/1985-2009). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política, Recife, 2010.

PEIRANO, Mariza. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A.. Violência Urbana. São Paulo: Publifolha, 2003.

SILVA, Robson Rodrigues da. Entre a Caserna e a rua: O dilema do “pato”: Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niteroi, RJ: Editora da UFF, 2011.

TURNER, Victor W. O processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor W. Dramas Campos e Metáforas: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.